

# UM PANORAMA DA CRISE GEOPOLÍTICA NA UNIÃO EUROPEIA A PARTIR DO BREXIT E DO APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO<sup>1 2</sup>

Pedro Henrique de Souza Porpino<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as implicações do avanço do neoliberalismo na União Europeia, sobretudo a partir do caso da Grã Bretanha e sua relação com o contexto geopolítico atual. Este artigo é apresentado em uma revisão bibliográfica, de cunho qualitativo e crítico. O trabalho influencia-se por meio da interpretação do autor Manuel Castells no livro *Ruptura – A crise da democracia liberal* (2018), e por Christophe Guilluy via livro *O fim da classe média: A fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades* (2020), que guia as análises apresentadas a partir da Grã Bretanha. Os resultados das análises permitem dizer que o avanço de ideologias neoliberais, que pregam a retirada de direitos humanos, crises políticas, sociais e culturais, indicando o estado do bem estar social como uma das grandes problemáticas para o dito desenvolvimento moderno colonial, são respostas de um planejamento e de uma estratégia de longo prazo. Neste momento a geopolítica contribui com suporte para aprofundamento das análises nas crises humanitárias e fronteiriças da Grã-Bretanha e sua consequente influência na União Europeia.

**Palavras – chave:** Geopolítica – Neoliberalismo – *Brexit*.

## ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the implications of the advance of neoliberalism in the European Union, especially from the case of Great Britain and its relationship with the current geopolitical context. This article is presented in a literature review, qualitative and critical. The work is influenced by the interpretation of the author Manuel Castells in the book *Rupture - The crisis of liberal democracy* (2018), and by Christophe Guilluy via book *The end of the middle class: The fragmentation of the elites and the exhaustion of a model that no longer builds societies* (2020) which guides the analyses presented from Great Britain. The results of the analysis allow to say that the advance of neoliberal ideologies, which preach the withdrawal of human rights, political, social and cultural crises, indicating the state of social welfare as one of the major problems for the so-called colonial modern development, are the results of a long-term planning and strategy. At the moment geopolitics contributes with support to deepen the analysis of the humanitarian and border crises in Britain and its consequent influence in the European Union.

**Keywords:** Geopolitics - Neoliberalism - *Brexit*.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

<sup>2</sup> Orientado pela Professora Tatiana Tramontani Ramos (GRC-UFF).

<sup>3</sup> Licenciando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. E-mail: pedroh\_jorge@hormail.com

## Introdução

A partir da globalização, um processo permeado por complexidades e que possui abrangência ‘mundial’ onde prega-se uma integração internacional, se busca organizar o mundo em uma verdadeira comunhão de relações, ainda que muitas sejam hierárquicas. Para Bauman, “a globalização tanto divide como une; divide enquanto une — e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo” (BAUMAN, 1999, p. 6).

Todavia, alguns países, notadamente com o avanço do neoliberalismo, tem ganhado forças em uma ideologia que apresenta um discurso que segue na contramão de uma proposta de integração mundial, ainda que esta integração seja problemática e desigual. Exemplo disso são os países onde o nacionalismo, o protecionismo, a reafirmação e valorização do considerado “próprio/local” tem crescido junto a uma onda identitária e racializada.

É o exemplo vivido na União Europeia, capitaneado por países pertencentes ao Reino Unido, sobretudo a Grã Bretanha, o que comumente tem sido chamado de *Brexit*, palavra originada a partir da junção de dois termos, sendo *britain* (Grã Bretanha) e *exit*, que em inglês significada saída, tratando-se de um jogo de palavras referente a saída do bloco. Tal referência se deu via expressão criada inicialmente para a Grécia, que durante a crise do euro, em 2010, apontava indícios da sua saída, criando o termo *Grexit*.

Este trabalho tem por objetivo analisar a saída do Reino Unido da União Europeia como o resultado de tensões geopolíticas globais, sobretudo pelo aprofundamento do neoliberalismo na Inglaterra, tendo em vista a própria controvérsia sobre o *Brexit* no Reino Unido, a exemplo de países como a Irlanda do Norte e Escócia que não quiseram sair da União Europeia mas foram vencidos pelo poder britânico.

Deste modo, esta breve análise visa avaliar o contexto que possibilitou o aprofundamento desta crise a partir de algumas referências teóricas recentes, bem como, jogar luz sobre as principais consequências dessa decisão, ao nível interno e externo. Inicialmente foi feita uma revisão de literatura, em um primeiro momento contemplando temáticas como a geopolítica no pós II Guerra Mundial, a formação da União Europeia, o avanço do liberalismo e do neoliberalismo na Inglaterra, já em um segundo momento, questões ligadas ao *Brexit*, como o seu contexto e as suas consequências foram buscadas também, o que já alerta Castells ao afirmar que “uma profunda crise institucional na Europa afetou a ordem mundial (2018, p. 50).

Em seguida, buscamos uma análise espacial do fenômeno a partir da leitura basilar de dois livros, o primeiro intitulado *Ruptura - A crise da democracia liberal*, publicado em

2018, do sociólogo Manuel Castells, e o segundo com o título *O fim da classe média: A fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades*, do geógrafo Christophe Guilluy, do ano de 2020.

Os livros citados acima serviram de base para uma reflexão atual sobre os fatores que levaram à saída da União Europeia pelo Reino Unido, bem como sobre as consequências já vivenciadas e projetadas para um futuro próximo.

A proposta deste estudo consiste em tentar compreender o *Brexit* a partir de uma perspectiva geográfica, em especial, ligada a uma análise geopolítica, buscando entender os principais motivos que contribuíram para a vitória parcial, com claro limite espacial, em relação a saída da União Europeia, e quais são os principais objetivos que se espera alcançar com tal ruptura.

De acordo com Guedes (2010) a diferença entre a geografia política e a geopolítica refere-se ao fato que a geografia política pertence a ciência geográfica, que buscará se atentar as questões políticas e partidárias na sua dimensão espacial, enquanto a geopolítica, ainda que vinculada a ciência geográfica, possui inúmeras relações, em especial com a ciência política, se atentando aos elementos e aplicações em uma política com fins estratégicos. O que neste trabalho auxilia na compreensão das consequências do *Brexit*.

Já para Wanderley Costa,:

[seria] É preciso reconhecer, entretanto, que parte da tradição no setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira (COSTA, 1992, p.16).

Por fim, aponta-se as principais consequências, as já vivenciadas e as imaginadas pela literatura, com o evento da saída do Reino Unido da União Europeia, principalmente no que diz respeito ao contexto interno e ao externo, influenciando em limites claros no que tange ao marco fronteiriço, econômico e político.

Os resultados encontrados nesta avaliação geopolítica apontam para uma clara ruptura social marcada fortemente pela ideologia neoliberal. Neste caso em específico, a experiência do *Brexit* mostra na prática como o neoliberalismo é mais do que uma visão

econômica, tratando-se de um aparato que influencia na própria forma de subjetivação social.

Sendo assim, pontos como a precarização do trabalho e de direitos, o avanço do conservadorismo, o enfraquecimento de movimentos sociais, o crescimento de inúmeras crises e diversas privatizações são alguns dos exemplos aqui expostos e analisados a partir da leitura de Manuel Castells e Christophe Guilluy.

Dada a importância das respostas buscadas, espera-se que seja possível contribuir via arcabouço geográfico para uma esquematização acerca dos motivos que levam ao *Brexit*, e algumas das suas consequências para as relações geopolíticas internacionais, que por sua reverberam na própria organização espacial, tanto ao nível estrutural, mas também ao nível individual.

### **Ruídos de uma integração: o contexto do descontentamento britânico**

Antes de pensar os motivos que levaram à ruptura do Reino Unido com a União Europeia, faz-se necessário entender o contexto histórico que levou a tal desdobramento, sendo assim, o cenário geopolítico do pós II Guerra Mundial se faz importante, bem como compreender a constituição do imaginário social britânico o avanço das políticas thatcheristas e do neoliberalismo, para que enfim o entendimento sobre a ruptura possa ser esquematizado.

De acordo com Tanaka (2005) muitas foram as transformações no cenário global, em especial na Europa, no pós II Guerra Mundial, entre tais transformações, apontam-se de forma principal quatro pontos. O primeiro refere-se ao “enfraquecimento geral das antigas potências europeias” (TANAKA, 2005, p. 157), sendo resultado de uma sequência de escolhas políticas que colocam a Europa como principal cenário de duas guerras ‘mundiais’ em um curto tempo, tendo em vista que ambas ocorreram em menos de 50 anos.

Desta forma, a Europa sente os esgotamentos como rastro da destruição que ela mesma provocou, tendo em vista que diferentes países deste continente participaram das duas guerras mundiais. Neste momento, a Alemanha como uma das grandes potências europeias, intensificada pela demência nazista, é um dos países que mais sai castigado nessa nova configuração geopolítica mundial ao provocar inúmeras tensões internacionais sob domínio político de Hitler.

Outro importante país europeu que se encontrava em ruínas era a França, com perdas materiais, econômicas e morais, sobretudo com a humilhação diante a invasão

nazista. A França ao se envolver em diferentes conflitos, ainda que a partir de uma figura de aliada, também sofreu consequências diretas em suas fronteiras.

Do mesmo modo, a Grã Bretanha, pertencente ao Reino Unido que existe desde 1922, foco deste trabalho, também saiu afetada no contexto pós II Guerra Mundial, especialmente com o orgulho ferido, tendo em vista que na virada do século XX a mesma ocupava quase 3/5 do planeta, a partir do seu império colonial, contudo, com o seu poder econômico, político e militar enfraquecido após as duas guerras, a maior potência marinha, conhecida, foi vendo a sua decadência sem poder fazer muita coisa, ainda segundo Tanaka (2005), neste momento, a Grã Bretanha:

rapidamente, foi perdendo as suas antigas colônias, e assistiu, impotente, a libra esterlina ser substituída pelo fortalecido dólar americano como meio de pagamento nas transações internacionais. Pior do que nunca ter sido uma grande potência, talvez seja presenciar a própria decadência sem poder alterar a trajetória dos acontecimentos (TANAKA, 2005, p. 157).

Os outros três pontos de transformações internacionais que influenciam no contexto global pós II Guerra Mundial dizem respeito, primeiro, a ascensão dos Estados Unidos que espacialmente longe das guerras não via a destruição causada em seu território nacional. Em segundo, o crescimento da União Soviética também não era favorável à Europa, tendo em vista o medo do fantasma comunista que se fortificava em seus aparatos industriais e militares, a exemplo da forte resistência contra os nazistas. Por fim, o último ponto refere-se a Guerra Fria, que contava com as tensões provocadas entre as duas grandes potências mundiais do momento, os Estados Unidos e a União Soviética.

Tanaka (2005) ainda aponta que essas mudanças não começaram apenas no pós guerra, a partir do keynesianismo. Para o autor, essas mudanças começaram a ocorrer décadas antes, contudo, ganharam velocidade maior nos considerados 'anos dourados do capitalismo', ou seja, após 1945. Deste modo, o autor apresenta três tendências que já podiam ser verificadas em diversos países, mas que se consolidaram nos anos de 1950 e 1960, são elas: o êxodo rural; a demanda por melhores serviços públicos; e a mudança social no papel das mulheres;

Sendo assim, tais tendências são, em grande medida, direcionamentos que reverberam nos mais diferenciados governos, em distintos países, de acordo com as demandas mais sentidas. Em relação a migração campo-cidade, tal fenômeno já é sentido mesmo antes do século XX, todavia, se apresentava até então como um fenômeno lento, a partir da revolução industrial, essa configuração se altera, sendo percebida de forma acelerada principalmente na Inglaterra, principal país da revolução industrial:

No século XX, com a crescente mecanização nos países mais avançados, o êxodo rural manteve-se em uma curva ascendente pouco acentuada. O grande salto da urbanização, mesmo nos países mais avançados, irá acontecer no período do entreguerras (1919-39), acentuando-se ainda mais no pós-guerra. Isto porque, o esforço de reconstrução nacional atraiu um grande contingente de trabalhadores que chegavam às cidades na crença de obter melhores empregos e melhores salários, principalmente quando comparados com as condições de vida no campo. A essa crença associava-se, também, as melhores perspectivas de vida futura com o trabalho na indústria em detrimento da agricultura onde já se encontravam os sinais de esgotamento (TANAKA, 2005, p. 161).

No que diz respeito ao crescimento da demanda pela melhora dos serviços públicos, a voz da população se faz presente no início das organizações de trabalhadores que passam a solicitar a criação de serviços em relação à saúde, segurança, moradia, educação, cultura, transporte, etc., o que a literatura apresenta como *welfare state*, que pode ser traduzido para o *Estado de Bem-Estar Social*.

Vale destacar que de todos os serviços públicos solicitados, a educação é, e sempre foi, uma das principais demandas, tendo em vista a exigência de mão de obra qualificada para ser integrada em um meio cada vez mais industrializado. Outro ponto de tensionamento ainda em relação a demanda pela educação possui ligação com a capacidade da educação ser um elemento que contribui para a ascensão social, especialmente através de melhores empregos e salários.

Todavia, ressalta-se que tal mudança era impulsionada pelo acesso ao capital, tendo em vista que com a criação do sistema educacional público, o sistema educacional privado também surge, gerando distinções que podem ser sentidas ainda hoje, no que confere as formas de ensino – aprendizagem, bem com a possibilidade de uma educação plena e libertadora.

Por fim, a mudança social no papel da mulheres também é um ponto que na virada do século XIX para o século XX se intensifica, entretanto, é com a necessidade da participação das mulheres na vida social pública, que essa percepção se faz mais forte. É na I Guerra Mundial que as mulheres desempenham um papel no sistema produtivo, substituindo pela primeira vez os homens em fábricas e escritórios, tendo em vista que os mesmos estavam sendo recrutados para a luta.

Neste meio tempo foi preciso que muitas mulheres assumissem a condição da chefe de família, mantendo suas casas e filhos sozinhas, transformando a ideia da necessidade de uma família chefiada exclusivamente por homens. Tal transformação é intensificada com a II Guerra Mundial, afetando agora mulheres tanto das classes baixas como das classes

médias, que ao se aliarem a educação para uma maior qualificação de trabalho transformam suas histórias pessoais, de suas famílias e o imaginário social.

Ressalta-se que os três pontos abordados acima já eram vivenciados em outros tempos e espaços, entretanto, a sua rápida intensificação ocorreu em países da Europa e nos Estados Unidos no período pós guerra, junto ao aparato da revolução industrial. Todavia, como em toda relação desigual, algumas pessoas foram afetadas, e outras não, por tais mudanças, a depender do contexto espacial e econômico em que se relacione.

Para Guiso (2021) o período de *Estado de Bem-Estar Social* também pode ser identificado como um 'período de coletivização da economia' que de coletivo não possui nada, em especial no que se refere as demandas por bens e serviços públicos. Tal entendimento se dá apenas porque desta vez não são apenas as empresas que ficam aos olhos do governo, mas também a população.

Em relação ao contexto político de tal período, o autor defende que o bem-estar social só pôde ser alcançado a partir das políticas de consentimento entre trabalhistas e conservadores, que ao esquecerem suas adversidades puderam trabalhar de forma conjunta para avançarem nas questões internas e externas no que tange a demanda sobre os serviços públicos.

Intelectuais tem denominado o período como o nascimento da 'terceira via', tendo em vista as conciliações entre conservadores e trabalhistas que defendiam a ideia da economia mista e de um sistema corporativista de economia que desse retorno concreto as possibilidades sobre as demandas de serviços públicos, conciliando na prática ideias tidas como liberais e socialistas (GUIISO, 2021), para os partidos envolvidos.

Retornando a Guedes (2010) o contexto geopolítico do período pós guerra também pode ser compreendido como a uma *nova ordem* que representa o dinamismo e as modificações que ocorrem, em especial, na Europa. Contudo, há também quem entenda a *nova ordem* como a verdadeira *(des)ordem mundial*, tendo em vista a sua indefinição no cenário global, indicando se tratar realmente de um aspecto novo, no então cenário pós guerra, mas que em relação a ordem, pouco era feito, justamente por serem lugares de experiência do *Estado de Bem-Estar Social*.

Reconhecendo o palco da então conhecida como *nova ordem mundial*, no período pós guerra, que a globalização é um ponto importante a ser conectado, ainda que o autor não utilize tal expressão, a globalização já se faz presente em sua obra ao apontar que:

Atualmente, novas questões não tipicamente territoriais aparecem; há uma aceleração da economia que não é acompanhada pela política, onde novas alianças estratégicas são misturadas a alianças comerciais, fazendo com

que o “jogo político atual esteja mais preso à economia” (RUA, 1997, p. 34). A competição atual não está mais centrada numa corrida armamentista, como antes, mas, sim, na busca de novos mercados, novas tecnologias, ganhos financeiros. Nesse sentido, Vesentini (2007) afirma que estão inseridas também as disputas culturais em que, nestas, incluem-se os fundamentalismos religiosos de uma civilização contra a outra; como exemplo, a civilização ocidental contra a islâmica, ou esta contra a hinduísta, esta contra a chinesa- confuciana, etc. Ao se tentar denominar a nova ordem, pode-se fazê-la como caracterizada pela instabilidade e desarticulação que são encontradas no cenário internacional, devido à decadência de modelos clássicos. Com isso, nessa nova ordem, coexistem atores estatais e não estatais, onde a soberania nacional estaria em declínio e “haveria uma desterritorialização no sentido de que a localização perdeu a sua antiga importância” (VESENTINI, 2007, p. 78) (GUEDES, 2010, p. 35).

Para o autor, ainda que esse contexto se dê em meados do século XX, diversas foram as consequências das políticas implementadas nos ‘anos dourados’. Neste trabalho, o foco se dá no Reino Unido, sobretudo na Grã Bretanha, onde pode-se apontar resultados como: uma realocação na divisão internacional do trabalho (DIT), a crise financeira, a economia criminal, crises ambientais, crise de emigrantes e refugiados etc, conforme apontado por Guedes (2010).

Ao aprofundar um pouco das consequências que se fazem presentes desde os anos de 1950, percebe-se que durante o período neoliberal que será trabalhado no desenvolver deste artigo, tais consequências não são inovadoras, mas sim um aprofundamento de inúmeras crises, aqui defendidas como crises geopolíticas intensificadas por políticas locais neoliberais.

Em paralelo com Castells (2018) o autor pontua essas inúmeras crises como a “crise da democracia liberal (...) essa crise da representação de interesses se une uma crise identitária como resultante da globalização” (p. 17), o que posteriormente converte-se em crise de legitimidade política quando a política do medo é instaurada em determinado lugar, a exemplo do que se pode observar no *Brexit*.

Para o autor, o que houve

Foi, na realidade, a crise de um modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais para o desenvolvimento de capital virtual especulativo que impôs sua dinâmica de criação artificial de valor à capacidade produtiva da economia de bens e serviços (CASTELLS, 2018, p. 18).

Entende-se que essas crises geopolíticas, ao serem vivenciadas pela Grã Bretanha, contribuíram, há anos, para o sentimento de não pertencimento, ou de tensionamento, junto à União Europeia. Um exemplo se dá na sua realocação na divisão internacional do trabalho ao observar os desníveis tecnológicos de produção e montagem de inúmeros produtos, o



que cria um alarde em relação a qualificação e modernização diferenciada entre países do mundo inteiro, mas também diferenciada dentro da própria União Europeia. Ponto este que se dá em diferentes momentos, em outros países, a exemplo dos próprios Estados Unidos.

Desta forma, em uma compreensão geopolítica, observa-se as relações hierárquicas entre os considerados países centrais e periféricos, em diferentes escalas, levando a dependência de determinados conjuntos de países, os chamados “em desenvolvimento” que dependem dos países chamados de desenvolvidos. A Grã Bretanha, que historicamente colonizou e se portou como proprietária de 1/3 do mundo, não estava contente em se ver em um papel de atraso ou de estar a margem de outros países, principalmente os dentro da própria Europa, o que por sua vez representava também uma relação de subordinação diplomática e de escolhas.

Outro importante ponto a que se dá foco em uma conjuntura geopolítica é o que tange a crise de emigrantes e refugiados, que passam a se intensificar por questões econômicas, em especial a atuação de grandes empresas e conglomerados empresariais que atuam na exploração do trabalho e espoliação dos territórios inviabilizando diferentes modos de existência, em especial em África e América Latina<sup>4</sup>, mas também religiosas, étnicas e por conflitos territoriais. A Grã Bretanha, ao ter que receber outras populações em respeito a proteção dos direitos humanos universais por pertencer a União Europeia sentiu sua soberania nacional enfraquecida por uma decisão que se fosse apenas sua seria diferente.

Tem-se então o que Guedes (2010) denomina como geopolítica da complexidade, por possuir novas abordagens e interesses diversos. Para o autor, a geopolítica da complexidade é um jogo de interesses entre a política, economia, cultura, etc, “caracterizada pela instabilidade e desarticulação que são encontradas no cenário internacional, devido à decadência de modelos clássicos” (GUEDES, 2010, p. 35).

Em um contexto de geopolítica da complexidade, a questão armamentista e militar não se faz necessariamente de forma central, neste aspecto, ter controle sobre informações e novas tecnologias se torna primordial para um lugar decisivo nas relações de poder globais, sendo assim:

No contexto pós-Guerra Fria, é perceptível o quarto mundo, ou seja, locais de pobreza, de miséria e de marginalidade nos países ricos. Mundo esse presente não somente em países periféricos, mas também nos países centrais. O quarto mundo está localizado nas cidades, entretanto, existindo também em áreas rurais sob novas formas de pobreza, que são geradas

---

4 Vide Saskia Sassen “Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global” (2016).

pelas políticas neoliberais que promovem uma desregulação e um enfraquecimento do estado de bem-estar social (GUEDES, 2010, p. 37).

As crises geopolíticas iniciadas desde meados do século XX são algumas das contribuições para o enfraquecimento do *Estado de Bem-Estar Social*, promovido no período pós guerra. É justamente neste período de enfraquecimento do *Estado de Bem-Estar Social* que as crises, que iniciaram neste momento, se intensificam, fazendo com que a população opte por uma outra possibilidade, além da então conhecida 'terceira via' (contexto de consentimento entre trabalhista e conservadores).

Em um paralelo com Guiso (2021) entende-se o enfraquecimento do *Estado de Bem-Estar Social* como um colapso econômico que reverbera em todo o sistema político britânico, o que facilita a desconfiança do eleitorado em relação as instituições políticas, em especial com relação ao partido conservador e ao partido trabalhista, que se mostravam incapazes, mesmo que trabalhando em dupla, de responder as necessidades da sociedade e da economia.

Um reflexo dessa insatisfação é visível nas eleições de 1974, na Grã Bretanha, onde tanto os conservadores, como os trabalhistas, não chegaram a 40% dos votos (GUISSO, 2021), indicando a clara necessidade de superação de uma política de conciliação que no fim não era boa para nenhum dos partidos envolvidos, bem como não condizia com as reais necessidades da população.

É neste momento que o programa liberal ganha forças, tendo em vista a eleição de Edward Heath, em 1970, um dos primeiros liberais britânicos, ainda que nada, se comparado ao programa thatcherista. É na década de 1970, mais especificamente entre 1974 e 1979 que as políticas públicas implementadas pelo *Estado de Bem-Estar Social* se mostram insustentáveis a longo prazo, ao menos na configuração em que se apresentavam.

Destaca-se que apesar da cooperação entre conservadores e trabalhistas, isso não se dava de forma unanime, havendo tensões internas em cada partido, o consentimento bipartidário nesse caso se dava entre alas existentes em cada um dos partidos. O enfraquecimento desta política de conciliação acabou favorecendo a ala mais à direita do partido conservador, o que por sua vez fez crescer nomes como Keith Joseph e Margaret Thatcher.

A ala mais à direita do partido conservador, que havia experimentado forte isolamento político em anos anteriores, conseguiu capitalizar a intolerância do eleitorado em relação à liderança de Heath e sobretudo na política de consenso. Contudo, vale destacar que a ascensão da direita conservadora não foi um evento apenas devido as

circunstâncias políticas e sociais que foram criadas durante a crise geopolítica dos anos 1970.

Essa mudança também é decorrente de uma importante atividade intelectual e de pesquisas realizadas por alguns *think tanks*<sup>5</sup> conservadores que nasceram naqueles anos com o objetivo específico de elaborar e divulgar ideias conservadoras, em particular no campo econômico. É esta ala que pode ser considerada como ultra direitista, que se entende como não fazendo parte da Europa, o que por sua vez intensificou as falhas de uma integração real pós década de 1970.

No ano de 1973 se inicia o processo de entrada da Grã Bretanha na Comunidade Econômica Europeia - CEE, no entanto, esta adesão aconteceu sob um clima de divisão nacional e forte indiferença da opinião pública. Na Câmara dos Comuns, a decisão de integrar a União Europeia se dá com 356 votos a favor e 244 votos contra, tendo como curioso fato o voto a favor de Margaret Thatcher que ainda não possuía a sua influência política, diferente do final de seu mandato político, onde a mesma representava uma das mais fervorosas defensoras do *Brexit*:

Ao contrário do governo Heath, que se destacou por ser um dos governos britânicos mais pró-europeus, o governo de Margaret Thatcher foi protagonista de uma forte aproximação com o Estados Unidos antes mesmo do advento de Reagan, já que com sua eleição para a Casa Branca a relação pôde se consolidar. O desenvolvimento dessa forte relação política entre os dois permitiu a Thatcher consolidar a posição do Reino Unido a nível internacional e conquistar um espaço e autonomia também em relação aos parceiros europeus (GUIZO, 2021, p. 27 – 28).

Morley (2011) aponta que, em uma perspectiva neoliberal, a sustentação as críticas apresentadas pelos novos sujeitos políticos que ganhavam destaque indicavam uma “psicologização e individualização da responsabilidade de destinos pessoais e familiares” (MORLEY, 2011, p. 15). Deste modo, fez-se necessária a criação e veiculação de um imaginário social que intensificasse tal afirmação e introjetasse esse pensamento na sociedade, o que também pode-se entender como a criação e a manutenção de uma ideologia neoliberal.

Para que tal ideologia penetrasse na sociedade, um discurso meritocrático passou a ser aclamado, indicando que em uma sociedade liberal o número de escolhas é múltiplo, cabendo unicamente ao individual o fato de conseguir, ou não, uma vida melhor, deixando

---

<sup>5</sup> Neste trabalho entende-se *think tanks* como laboratórios de ideias, ou lugares que se organizam para ‘fabricar ideias’. Normalmente tratam-se de instituições e grupos de especialistas que possuem o objetivo de realizar e divulgar pesquisas, em especial, neste caso, em relação a ideologia liberal e neoliberal.

abaixo do tapete o lado nefasto e doentio da ideologia neoliberal, o lado promotor de inúmeras desigualdades estruturais.

Todavia, o autor é enfático ao dizer que tais idealizações são realmente fantasiosas, tendo em vista o quanto a questão estrutural, a exemplo da classe, de gênero, raça, etc, são formas que organizam a sociedade, e deste modo, as posições de classe, gênero e raça, dentre outros, de uma pessoa ao nascer, convertem-se em um indicador poderoso do provável status social ao longo da vida, o que por sua vez é contrário à ideia do esforço individual para uma mudança de status social.

Na formação de uma denominada classe média, ou classe emergente, Morley (2011) apresenta a televisão como um instrumento extremamente utilizado pela ideologia liberal, sendo um meio de comunicação pedagógico na consolidação de uma governamentalidade que efetiva um novo imaginário social e cultural, no caso, o imaginário dos valores e crenças de uma perspectiva liberal, onde:

Com essa iniciativa, os maus cidadãos serão identificados, envergonhados, e então reformados ou, pelo menos, eles podem desempenhar uma função valiosa, provendo uma referência negativa contra a qual o bom cidadão pode então medir o seu sucesso (MORLEY, 2015, p. 15 – 16).

Apoiando-se na ideia apresentada pelo autor, amplia-se o papel de diferentes mídias, além da televisiva, sejam as tradicionais, ou as mais modernas, a partir da internet, o que na geopolítica da complexidade permite a compreensão do avanço neoliberal no contexto global, neste trabalho visto em especial a partir do *Brexit*.

Ao focar no contexto educacional, observa-se a força da mídia para a criação de um imaginário onde o insucesso escolar por parte de residentes imigrantes, negros e da classe trabalhadora na Inglaterra é compreendido como falta de esforço de tais indivíduos, muitas vezes associando a cultura de tais pessoas como a grande culpada do abismo existente entre os considerados “outros” e a população nativa britânica, como afirma Morley (2015)..

Christophe Guilluy (2020) também faz um paralelo com a questão midiática que a partir desse discurso produz “uma representação social reconfortante e politicamente correta” (p. 10). Para o geógrafo, este discurso promove a ideia que há uma maioria de incluídos e uma minoria de excluídos, que neste momento precisam estar nestas posições sociais para que em um futuro haja um modelo integrador a todos.

Para o autor:

Como a geografia “serve à guerra”, a supermediatização dos guetos das grandes cidades e a crise dos subúrbios serviram de pano de fundo para essa construção social, ao colocar em primeiro plano os territórios

disfuncionais que estavam à margem e tornar invisíveis todos os outros. Esse conto para crianças, reconfortante para as sociedades ocidentais cada vez mais infantilizadas, acalentou durante muito tempo a opinião pública. Mais ainda, ofereceu às categorias populares objetivamente fragilizadas uma garantia: a de ainda fazerem parte da História (GUILLUY, 2020, p. 10).

A questão midiática como uma das principais contribuições nessa mudança de compreensão e vivência de mundo também é apontada por Castells (2018) quando o autor indica que as informações selecionadas pelos cidadãos se dá ancorada nas suas convicções, emoções, experiências, e o papel da mídia foi central para que novas convicções e valores sociais se moldassem com base na ideologia proposta pelo neoliberalismo. Para o autor:

As atitudes que se expressaram na decisão de sair da União Europeia estavam presentes na opinião pública ao menos dois anos antes. A campanha não fez senão solidificar opiniões já construídas na mente dos cidadãos. Esse parece ser um dado fundamental na conduta política de nosso tempo (...) e isso se produziu ainda mais intensamente no Reino Unido, que foi desde sempre o país da UE menos favorável a ceder soberania. Há raízes históricas, geográficas e institucionais no excepcionalismo britânico (CASTELLS, 2018, p. 51).

Em convergência com artigo de Thiago Alencar publicado em 2017, notamos uma análise sobre os trabalhadores e a classe média na Inglaterra sob comando de Margaret Thatcher, já com a ideologia liberal consolidada no imaginário social, passando a uma verdadeira intensificação e acirramento das lutas de classes no contexto neoliberal.

Uma das crenças introjetadas pelo liberalismo e pelo neoliberalismo refere-se as políticas de *Bem-Estar Social* como sendo um fracasso governamental e econômico, levando ainda a crer, na década de 1970, que tais políticas eram as responsáveis pela crise. É neste momento, que o movimento trabalhista, em especial o sindical britânico passa a sofrer grandes ataques e o golpe fatal, com o reforço da mídia do lado contrário.

Sendo assim, o movimento anti-sindical foi ganhando forças, sobretudo no governo thatcherista, o que por sua vez parece extremamente contraditório, sendo que anteriormente, em governos trabalhistas, com o número de desemprego em 50% do que passou a ser sob o governo de Thatcher, a organização sindical e o número de greves eram bem maiores.

Contudo, apesar do crescimento da retirada de direitos trabalhistas, e do próprio desemprego em si, além de medidas impopulares em outros setores, além do trabalhista e econômico, com a ajuda das mídias na aceitação de um novo contexto social (liberal, e

posteriormente o neoliberal) a aceitação de Margaret Thatcher só cresceu, ao ponto de a mesma ter sido reeleita três vezes, obtendo, em cada eleição, mais votos (ALENCAR, 2017).

Para Christophe Guilluy (2020) tal aceitação pode ser entendida dentro de um governo populista sendo suportada por uma dupla insegurança: primeiro a insegurança social, atrelada aos efeitos econômicos e, em segundo, a uma insegurança cultural que por sua vez é ligada aos efeitos de uma globalização em seu viés multicultural.

Para o autor, não se explica o crescimento do populismo sem, no mínimo, a presença desses dois fatores. Esta experiência populista é um produto econômico e social da globalização, que, a partir de uma *geopolítica da complexidade*, mostra diferentes faces de uma mesma moeda, a depender da pessoa e de sua origem.

Pode-se inferir neste contexto o efeito das mídias, em especial e tradicionalmente, da televisiva, como já pontuado por Morley (2011), ao indicar em seu discurso como o *Estado de Bem-Estar Social* e os movimentos sociais, sobretudo o trabalhista, eram os responsáveis pela crise, sendo este o discurso e imaginário capitaneados pela posição conservadora das medidas thatcheristas, onde “uma intensa campanha ideológico-midiática passou a atacar de frente o movimento sindical, visto como altamente permissivo pelos setores conservadores e burgueses” (ALENCAR, 2017, p. 75).

Percebe-se aqui o jogo social da geopolítica da complexidade que ao avançar em um contexto de liberalismo para o neoliberalismo não abre mão do aparelho do Estado, pelo contrário, o contorna e o usa para seus próprios fins, neste período explicitado, tendo como grande finalidade a divisão da classe trabalhadora para melhor dominá-la e coagi-la. É aqui, então, que se cristaliza a ideia de uma classe média britânica e de perspectivas individualistas, tornando-se o *modus operandi* do governo thatcherista.

É o que autores como Hall e Gunter (2015) chamam de liberalismo thatcherista ou de nova gestão pública – NGP, que atualmente está mais para pós-NGP por já não ser um fenômeno político tão recente. Os autores desenvolvem a ideia de uma maturação da NGP por ela ser continuamente desenvolvida, mesmo antes de Margaret Thatcher, o que retorna a ideia de o processo liberal e neoliberal ser um projeto político e ideológico de longa duração, passando por inúmeros governos.

Para os autores, a grande diferença que marca o chamado liberalismo thatcherista dentro da NPG é a centralidade das reformas administrativas sobre os serviços públicos, em especial, na educação. Tem-se como exemplo as grandes privatizações ocorridas na educação como uma das maiores reformas, ainda que o efeito de converter o público em privado tenha recaído sobre inúmeros serviços públicos, que anos atrás haviam sido forte demanda os movimentos sociais, como já exposto.

Em diálogo com Christophe Guilluy (2020):

O Brexit ou a eleição de Trump não são acidentes da história política britânica ou americana, mas consequências da precarização (muito precoce nos países em que as redes de proteção social são raras e frágeis) da base das classes médias britânica e americana. Explicar esses resultados através da ingerência da Rússia ou da multiplicação de fake news é desonestidade, na melhor das hipóteses, ou estupidez, na pior. A onda populista britânica ou americana não é resultado de uma manipulação, mas sim de reformas econômicas iniciadas nos anos 1980 (GUILLUY, 2020, p. 22).

Novamente tem-se a ideia do processo vivenciado pela saída do Reino Unido da União Europeia como um projeto político extremamente articulado, e não como simples consequências de decisões e de governos aleatórios.

Retornando a Guiso (2021) o autor pontua que a política que passou a ser desenvolvida neste período na Inglaterra é mais intensa do que se pensa a priori, pois a conhecida “Dama de Ferro”, como alguns chamam Margaret Thatcher, não deixou apenas marcas na história inglesa, mas também na história europeia<sup>6</sup>, articulando uma nova ideologia baseada no neoliberalismo definida como thatcherismo.

A Inglaterra na ascensão de Thatcher era um país em declínio que no espaço de trinta anos, viu a dissolução do império e redução de seu papel internacional como grande potência. A incapacidade dos governos britânicos (tanto conservadores quanto trabalhistas) de se afastarem da velha política de consentimento e lançar respostas enérgicas e eficazes é a base para a afirmação do thatcherismo, sendo muitas vezes identificado como uma revolução conservadora (GUISO, 2021).

O populismo de Thatcher pode ser exemplificado pela famosa ideia que a mesma divulgava ‘a economia é o meio para mudar a alma’, a mudança na economia deveria estar atrelada a uma mudança na moral e mentalidade dos cidadãos, levando ao renascimento daqueles valores que caracterizaram sua educação e que ela mesma identificou como ‘valores vitorianos’. Este sistema de valores de disciplina, decoro e diligência na ideia de Thatcher, deveria se reafirmar após as reformas econômicas aprovadas, sobretudo as que dizem respeito a privatizações e a meritocracia.

De acordo com Czizewski (2014) o thatcherismo também pode ser entendido como uma aplicação das ideias conservadoras de teorias neoliberais provenientes da Escola de Chicago e de autores como Friedrich Hayek. Para o autor, a década de 1980 é marcada

---

<sup>6</sup> Algo que não se tratava exatamente de uma novidade se considerarmos o caso do Chile como grande experiência neoliberal, ou “laboratório” de experimentos neoliberais conduzidos por economistas estadunidenses como Milton Friedman e outros “Chicago Boys”, antecipando em quase uma década medidas que só mais tarde seriam adotadas por Margaret Thatcher no Reino Unido.

pela ascensão de políticas neoliberais não apenas na Inglaterra, mas também em outras partes do mundo capitalista, tendo em vista que na época ainda havia União Soviética defensora do socialismo, a exemplo de países como os Estados Unidos, com Ronald Reagan, que viria a ser tornar um dos maiores aliados de Thatcher.

Maschette (2020) publica um trabalho ao fazer uma análise sobre a disputa discursiva e de imaginários pela ideologia do neoliberalismo, para o autor, há uma disputa entre termos e seus significados nos partidos de esquerda e de direita na Inglaterra. O exemplo apresentado é sobre a ideia de cidadania, que na conjuntura de Thatcher é entendida como uma responsabilidade moral, individualista e privatizada, dialogando perfeitamente com os objetivos da Dama de Ferro no que diz respeito ao moralismo aristocrático e medieval (MASCETTE, 2020).

Ao estudar outras fontes primárias de análise, o autor conclui que o surgimento deste discurso e de um imaginário que fortifica tais ideais não são apenas um resultado a partir da perspectiva socioeconômica, mas é também, sobretudo, fruto de uma contínua disputa de imaginários, neste caso uma disputa vencida, até então, pelo neoliberalismo, representando por sua vez uma transformação da moral da sociedade britânica, tratando-se de uma verdadeira batalha ideológica.

Tornando a dialogar com Hall e Gunter (2015) o neoliberalismo na Inglaterra representa a revitalização das tradições liberais nos assuntos políticos, porém desta vez retrabalhadas, influenciando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e culturais, fixando-se em uma base rica e fértil para a propagação de suas ideias, a exemplo do grande apoio midiático nas disseminações neoliberais.

Conforme Ferreira (2021) ao fazer uma pesquisa sobre o neoliberalismo, precariedade e diversidade, o autor apresenta um estudo de caso sobre cientistas indianos que fazem carreira acadêmica na Europa. Sua pesquisa parte de uma perspectiva decolonial que enxerga cada vez mais os reflexos de políticas neoliberais no processo educacional do ensino superior, seja a partir da privatização das universidades, da 'flexibilização' do trabalho acadêmico e também pela desvalorização científica.

O autor defende a importância de se fazer uma abordagem múltipla, novamente em diálogo com a geopolítica da complexidade, para ele há, no mínimo, um duplo movimento histórico em quem conta e como conta as experiências em uma Inglaterra neoliberal, inicialmente abordando o aspecto de uma experiência colonial e outra de quem vivencia esse espaço como alguém oriundo de antigas colônias.

Ainda de acordo com Ferreira (2021) a promoção da abertura de universidades inglesas para a mobilidade transnacional é um movimento com reflexos históricos, onde a



chamada para cientistas do sul global mascara uma verdadeira precarização do trabalho intelectual e acadêmico, além de também ser um projeto de precarização da educação. Para o autor, a busca pela chamada diversidade dentro do espaço universitário é captada em um ativo econômico, convertendo-se em uma disputa pelos poucos recursos econômicos estipulados para a 'inclusão', tornando-se um verdadeiro espectro do capital simbólico.

O autor ainda explica o contexto neoliberal em prática em outras espacialidades ao trazer para o centro do debate o “período de liberalização” (FERREIRA, 2021, p. 81) na Índia, ocorrido a partir dos anos de 1990. Neste momento crescia o número de privatizações, de atração do capital estrangeiro e do investimento em tecnologia, ao mesmo tempo que se dava a desvalorização da perspectiva científica de forma completa, em especial em outras áreas do conhecimento que não as tecnológicas.

Um processo similar é vivido no thatcherismo, a diferença se dá sobre quem vivencia isso, a Inglaterra enquanto um país colonizador e com grande poder de influência na geopolítica complexa e do outro lado a Índia, um país colonizado por britânicos e que foi colocado em tensão a partir da divisa de suas terras. Deste modo, cada país passa por resultados diferentes, ainda que viva o mesmo processo ideológico.

Um desses resultados se expressa na desvalorização dos serviços públicos ao qual a classe média indiana possuía acesso antes de seus privilégios serem arrancados (FERREIRA, 2021). Já a Inglaterra, mesmo passando por processo semelhante, se mantém com uma influência política que consegue captar outras formas de recurso para receber a mão de obra qualificada e com o investimento inicial oriundo de outro país.

Entretanto, vale destacar que a precaridade na Europa, sobretudo na Inglaterra, não afeta apenas estrangeiros, ela também afeta os nativos britânicos, em especial os mais pobres e vulneráveis economicamente, como pode-se observar na elevação de contratos temporários como a principal forma de carreira científica, tirando qualquer possibilidade de estabilidade independentemente da origem.

Uma das principais contribuições que se pode relacionar a partir do exemplo apresentado por Ferreira (2021) com a geopolítica da complexidade refere-se a capacidade de entendimento das transformações (econômicas, sociais, políticas, culturais) como resultados de uma colonialidade se readaptando a modelos ideológicos. O avanço do neoliberalismo não significa o fim da colonialidade, pelo contrário, ele se reforça a partir de um imaginário colonial.

Trata-se de um complexo jogo de retroalimentação, o neoliberalismo, com seu processo ideológico de individualização das consequências, reforça e é reforçado pela

colonialidade espacial, racial, de gênero, de classe etc. Exemplo disso é o próprio estudo de caso citado anteriormente, onde o espaço converte-se em uma materialidade primária para se pensar em qual lugar origina regras, modelos, enquanto outros lugares, e aqui pode-se entender enquanto outros países, são os que devem seguir e servir regras aos quais nem constroem juntos.

Para o autor:

E é precisamente através deste duplo prisma - pós-colonial e transnacional - que devemos entender o processo pelo qual as universidades europeias estão se abrindo ao recrutamento de pesquisadores do Sul Global e, conseqüentemente, a especificidade da precariedade associada a esses sujeitos (FERREIRA, 2021, p. 94).

Para Oliveira (2009) ao estudar a ideologia do neoliberalismo pelo prisma da geopolítica defende que tal sistema ideológico se consolidou junto as sensações e emoções, convertendo-se em uma ideologia valiosa e sedutora para a pregada 'liberdade individual'. Porém não foram apenas a partir dos indivíduos que o neoliberalismo se consolidou, o Estado também foi importante neste momento.

Diferente do liberalismo clássico, o neoliberalismo "foi uma espécie de desculpa encontrada para que o Estado, antes de se ocultar ou enfraquecer, passasse a trabalhar em prol do mercado e do grande capital internacional" (OLIVEIRA, 2009, p. 86). Sendo assim, o neoliberalismo também encontrou nas estruturas formas de se fortalecer, apresentando por sua vez uma complexidade de frente de atuações.

Anderson (1995; 2003) aponta que a Inglaterra foi o primeiro país 'desenvolvido', a partir da liderança de Thatcher em 1979, a por em prática a ideologia neoliberal, todavia, logo tratou de criar outras relações buscando o fortalecimento, em especial com os Estados Unidos, quando Reagan tornou-se presidente um ano depois da eleita Dama de Ferro.

Vale complementar, a partir da experiência de outros espaços que não a Europa, o início da ideologia neoliberal. Ao fazer um paralelo com a América Latina, o autor aponta um cenário diferenciado, tendo em vista que é no século XXI que a maior parte dos países do continente sul-americano vivenciam uma terceira grande experiência internacional da ideologia neoliberal.

Todavia, vale ressaltar uma das primeiras experiências do neoliberalismo se deu em um país 'subdesenvolvido', foi o caso do Chile. Na década de 1970, cerca de dez anos antes de Margaret Thatcher, o liderado por Pinochet experimentou uma verdadeira ditadura neoliberal na história contemporânea. Contudo, a maior influência e relação do país se dava

com os Estados Unidos, e não com a Inglaterra, apesar de nos anos de 1980 esta relação entre América Sul e Europa, via neoliberalismo, só ter crescido (ANDERSON, 1995).

Santos (1999) e Grois (2008) indicam que o neoliberalismo enquanto ideologia, ainda que relacionado a países específicos, apresentam uma influência em escala mundial, acentuando hierarquias entre minorias, regiões, racismo, bem como as perseguições a emigrantes, dentre outros. Os autores defendem que esta ideologia luta para se manter como dominante no capitalismo, trabalhando em redes a partir de relações institucionais, sejam públicas ou privadas.

Entende-se, por fim, o neoliberalismo como resultado de um projeto histórico, com atuação diferente a depender do tempo e do espaço em que tal experiência é vivenciada. Apresenta-se esta ideologia não apenas em sua faceta econômica, mas especialmente pelo seu espectro político, social e cultural, modificando valores e imaginários que agora são almeçados a partir da divisão da sociedade em um modelo individualista.

A partir desta alteração na interpretação e práticas no mundo, países tem sido verdadeiros laboratórios, e este trabalho tem como foco a Inglaterra e todo o contexto a partir de 1979, liderado por Margaret Thatcher, o qual representa a conjuntura de uma *geopolítica da complexidade* para o entendimento de episódios atuais, como o *Brexit*, a ser desenvolvido na próxima seção.

## **O *Brexit* e suas repercussões no cenário geopolítico global**

Conforme indicam Fernandes e Neves (s/d), o *Brexit*, nome dado ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, foi determinado em 23 de junho de 2016, ocasionando uma série de instabilidades políticas e econômicas para a Europa, contudo, sua influência extrapola os marcos fronteiriços do que é considerado apenas território Europeu.

Para os autores, a saída determinada em um referendo que teve a participação de milhões de pessoas representou também a demissão do primeiro-ministro inglês David Cameron que defendia a permanência no bloco. Cameron ficou cerca de um ano no cargo, tendo como uma das principais promessas de campanha a criação do referendo sobre a saída ou permanência no bloco.

O total de votos válidos foi de 33.551.983, sendo 17.410.742 a favor da saída, ou seja, 51,9%, enquanto, 16.141.241, sendo 48,1% os votos favoráveis a permanência no bloco. Com este resultado o primeiro-ministro renunciou ao cargo tendo como sucessora a primeira-ministra Theresa May, representante do partido conservador.

Contudo, antes de aprofundar as consequências do *Brexit* faz-se necessário um entendimento anterior em relação ao que representa a União Europeia e como a mesma se configura para que aí sim se entenda as tensões que levaram a esta ruptura.

A criação da União Europeia se deu em 1957, inicialmente com o nome de Comunidade Econômica Europeia – CEE, a partir do Tratado de Roma, tendo como objetivos centrais a integração política e econômica da Europa em um contexto pós-guerras, especialmente com o intuito de promover a paz no continente para a diminuição da rivalidade interna e alguns dos fatores que levaram às guerras (FERNANDES; NEVES, s/d).

Outras reuniões internacionais foram fundamentais para a consolidação da União Europeia, a exemplo de tratados como o de Maastricht, ocorrido em 1992, criando o euro como uma maneira de unificação monetária dos países membros, bem como o Tratado de Amsterdã, em 1997, instituindo a Política Estrangeira de Segurança Comum, o que possibilitou a livre circulação entre o bloco e, por fim, o Tratado de Lisboa, já em 2007, que reconfigurou alguns elementos da Constituição Europeia, interferindo por sua vez nas leis aos quais os países membros estão submetidos.

As tensões entre o Reino Unido e a União Europeia não são de hoje, pelo contrário, ainda na época da CEE, já começaram as primeiras contestações originadas no Reino Unido sobre a política econômica do bloco, levando já em 1975 à criação do primeiro referendo sobre a saída ou permanência, tendo como resultado a escolha pela permanência. Outra grande tensão diz respeito à esfera econômica/monetária, tendo em vista que o Reino Unido nunca aderiu ao euro, utilizando até hoje a sua moeda única, a libra esterlina, indo na contra mão do padrão unitário de uma moeda comum na Europa.

Segundo Bueno (2016) as repercussões do *Brexit* no cenário geopolítico geraram impacto sobretudo pela influência ideológica que ronda a Europa. O fenômeno ocorrido no Reino Unido pode ser verificado igualmente em países como França, Dinamarca, Áustria e Holanda, onde grupos de direita e extrema direita, a partir de um nacionalismo exacerbado associam à imigração, à integração e ao burocratismo de Bruxelas os problemas econômicos enfrentados em suas fronteiras internas.

Ao pensar nas fronteiras internas do Reino Unido, a desunião não ocorreu apenas em relação à União Europeia, exemplo disso é a discordância entre Escócia e Irlanda do Norte contra Inglaterra e o País de Gales, onde os dois primeiros países votaram em grande maioria pela permanência no bloco europeu enquanto os dois últimos países votaram pela saída, o que demonstra efeitos internos e externos desta ruptura.

Barroso (2020) a partir de uma leitura cinematográfica apresenta um cenário de degradação social como consequência do avanço do neoliberalismo e como isso tem

relação com o *Brexit*. Para o autor, o resultado de uma política antitrabalhista com ataques a movimentos sociais e com um forte programa de privatizações é o responsável por uma mudança drástica na forma de se compreender e viver no mundo.

A crise que foi sendo vivenciada em especial por pessoas pobres, a partir de 2008, é a trama central da longa-metragem analisada, servindo de “propulsão para o incentivo burguês à precarização do trabalho” (BARROSO, 2020, p. 180). É esta tônica que modela o pensamento de uma crise humanitária que coloca indivíduos uns contra o outro, a exemplo do reforço provocado pelo nacionalismo na culpabilização do estrangeiro como o grande problema das crises.

No texto *Geopolítica e Relações Internacionais Transfronteiriças*, de 2021, os autores Souza, Lacortt e Lima chamam o fenômeno que levou ao *Brexit* de “nova ordem mundial” (p. 160). É possível pensar sobre o que os autores defendem enquanto nova ordem mundial e sua relação com a geopolítica da complexidade, tendo em vista que inicialmente a globalização vista como um pluralismo cultural também se refere a um projeto que almeja por uma hegemonia, padronizando o mundo a partir da globalização e seus aspectos econômicos e sociais.

Já Guimarães e Cruz (2021) ao estudarem o contexto social que levou ao *Brexit* apontam cinco períodos de narrativa, sendo: a gênese, a ascensão, a formação da agenda, a construção hegemônica e o período da crise e agudização das dinâmicas antidemocráticas. Para os autores os cinco períodos se deram na construção de uma hegemonia que reorganizou a sociedade e as instituições via articulação do campo intelectual, político e burocrático.

Este novo princípio de legitimação do Estado a partir da globalização cria visões de mundo, valores, crenças e uma linguagem política própria, em um mundo de novas ambições globais. É neste momento que os autores Souza e Obregon (2017) indicam o momento de grande tensão que o neoliberalismo, intensificado pela globalização, acarretam nos países em que sua ideologia é vigente.

Conforme os autores, é o nacionalismo exacerbado que dá origem aos maiores e mais complexos conflitos que incitam outras crises a partir do sentimento de medo, tendo em vista a grande justificativa de países neoliberais pelo temor ao outro, ao imigrante, a mulher, etc. Contudo, esta também pode ser entendida como uma das contradições, pois a globalização ao pregar a unidade dentro da Europa também é a mesma que faz com que outros países e indivíduos se sintam a margem dessa integração.

Segundo os autores, o Estado pode ser estruturado de três formas, sendo de modo unitário, regionalizado ou composto.

O Estado Unitário se caracteriza pela existência de apenas um plano de governo, “central, nacional, acima dos municípios”, destacando-se como exemplo Portugal e França. Por outro lado, o Estado Regionalizado é um meio termo entre o unitário e o composto, uma vez que existe relativa autonomia política entre as regiões, organizadas em “estatutos” próprios e governos locais, a exemplo da Itália e da Espanha. Já os Estados Compostos, que são uniões de Estados, podem ser Uniões Políticas, Federações ou Confederações. As Uniões Políticas, que são as formas de Estado relevantes para o presente estudo, são próprias das monarquias e, atualmente, o único exemplo é a Grã-Bretanha, formada pela Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte. Trata-se da união de antigos reinos soberanos, que se deixaram incorporar pela Grã-Bretanha, formando um Estado centralizado, que hoje é denominado de Reino Unido. É a comunhão de Estados “menores” sob o governo de um único Estado “maior” e, apesar de cada Estado integrante permanecer exercendo sua personalidade interna, dentro dos limites do seu território, na vida externa, todos estão fundidos em um só (SOUZA e OBREGON, 2017, p. 10).

Novamente, pode-se notar a *geopolítica da complexidade* quando um país neoliberal e com claros propósitos de uma globalização, como é o exemplo da Inglaterra, se vê em uma posição de buscar uma integração mas que não é verdadeira. Vide o exemplo da sua relação calcada em tensionamentos desde o início do processo de junção a União Europeia, o que por sua vez é um exemplo de contradições internas e externas.

Um ponto de diálogo é possível com Castells (2018) quando o autor indica que “quanto mais globalização econômica e cultural, mais perda de soberania em favor das instituições supranacionais” (p. 56). Sendo assim, a Inglaterra desde o início da sua integração não se sentia à vontade no que diz respeito a sua soberania nacional, para muitos a globalização representava um sentimento de estar à mercê de outros países, a exemplo da União Europeia.

Pereira (2021) entende que o nacionalismo que eleva a estas tensões é um movimento euroceticista alicerçado junto aos partidos de ultra direita que, além de um nítido posicionamento econômico, também representam a xenofobia e um populismo contra os direitos humanos que foram alimentados cada vez mais pelas crises e dissensos dentro do bloco, projetando por sua vez um cenário na contramão da paz e da integração que a União Europeia sempre sonhou.

Entretanto, para o autor, foi a crise da zona do euro, iniciada em meados de 2007/2008, a grande responsável por salientar e tornar pública, inclusive internacionalmente, toda esta tensão na dinâmica da União Europeia. Em diálogo com Castells (2018) a crise de legitimidade vivenciada pelo bloco tem como origem um dos seus objetivos básicos, sendo o seu projeto de integração.

Uma das críticas centrais apresentadas por Castells (2018) refere-se a um projeto para o povo, mas sem o povo, onde os idealizadores da integração europeia não procuraram ouvir a população, questão essa que contribuiu para o sentimento britânico de não pertencimento a

Europa, não consolidando por sua vez isso nas mentes inglesas, que possuem uma identidade mais nacional do que europeia.

Este ponto atrelado ao identitarismo é importante porque a transformação ideológica, que é estrutural, promovida pela ideologia do neoliberalismo é capaz, e possui como uma de suas bases, a capacidade de mudança de valores e crenças, porém, novamente em um jogo da geopolítica da complexidade, muito do que é prometido, é contraditório, tendo em vista o projeto de integração por meio da globalização, quando na verdade o sentimento de uma identidade nacional é cada vez mais reforçada.

Outro ponto da análise de Castells (2018) se dá sobre a projeção da moeda única na Europa, mas esquecendo-se das desigualdades dentro da própria Europa, vide exemplos dos países do sul e que são membros da União Europeia e possuem sérios problemas de produção, competitividade e outras estruturas, em especial as bancárias, no que tange a moeda única. Desta forma, o euro é um equívoco que idealiza tratar de forma igual economias desiguais.

Por fim, um terceiro ponto na análise do autor refere-se a crise migratória como um dos pontos que levam a ruptura do projeto de integração na Europa. Para o autor, este é um dos pontos mais complexos, tendo em vista seu caráter político, social, ideológico, econômico, cultural etc., contribuindo para uma maior multiplicidade no que tange a fragilidade da União Europeia.

Deste modo, os pontos levantados por Castells (2018) em relação as fragilidades da integração do e no Reino Unido ainda podem ser entendidas em duas escalas. Primeiro em uma escala interna a Europa, e segundo em uma escala externa a Europa, onde uma das maiores tensões a nível intraeuropeu diz respeito a migração de pessoas oriundas do leste da Europa para o oeste europeu, enquanto de modo extraeuropeu pode ser visto a partir da migração de pessoas de outros continentes que buscam asilo humanitário na União Europeia.

Para sintetizar, a leitura proposta por Castells (2018) dialoga em muito com a revisão bibliográfica aqui apresentada, sobretudo no que tange a crise de uma identidade coletiva provocada pelo nacionalismo, a crise econômica com a não aceitação do Reino Unido pelo euro, bem como a crise migratória, sendo essas as três principais contribuições para o *Brexit*. É o que Pereira (2021) fala ao pontuar que “O Reino Unido sempre esteve de costas para o continente e voltado para seu então vasto império” (p. 47 – 48).

A vitória pelos defensores da retirada é imaginada com resultados em relação a um suposto retorno da soberania nacional, sobretudo a britânica, a retirada do orçamento comunitário, o controle local sobre suas fronteiras bem como leis próprias no que se refere a política migratória, pontos esses que não são possíveis dentro de uma integração internacional como é o caso do Reino Unido.

De acordo com Pereira (2021):

A União Europeia vive grave crise de identidade em razão de problemas oriundos de seu próprio projeto de criação. A União vem enfrentando sucessivas crises, como a da Zona do Euro, entre 2008 e 2012, assim como a migratória, que tem levado Estados-Membros da UE a ignorar decisões dos órgãos comunitários sobre o assunto. Como o projeto da União e as respectivas instituições foram idealizados e construídos de cima para baixo, tal circunstância não favoreceu a criação de uma identidade europeia, fato que nos instantes de crise exacerba o nacionalismo, levando cada Estado-Membro a tomar decisões voltadas para seus exclusivos interesses, como se deu, por exemplo, na ocasião em que o Tratado Constitucional Europeu foi submetido aos referendos nacionais. No enfrentamento da pandemia do Covid-19, ou seja, no início da propagação do vírus, governos europeus chegaram a suspender o cumprimento da liberdade de circulação do Espaço Schengen, bem como proibir a exportação de material médico para qualquer país. O momento é, portanto, desafiador para as lideranças europeias (PEREIRA, 2021, p. 49).

Na leitura basilar deste trabalho, Castells (2018) já indica os aspectos de relevância no que diz respeito ao *Brexit* ter forte influência pelo sentimento de perda de controle experimentado pelos britânicos, segundo o autor:

Os partidários do Brexit centraram sua mobilização num objetivo fundamental, que dominou toda a campanha do referendo: retomar o controle do destino do país pelos próprios britânicos. Ou seja, uma reafirmação da soberania nacional. Não foi um nacionalismo de cunho imperial, ancorado na nostalgia de um passado glorioso, mas um reflexo defensivo, buscando proteger o direito de estar em casa sem interferências. A expressão mais direta dessa atitude foi a recusa à livre imigração dos cidadãos da União Europeia, em particular os do Leste Europeu, que haviam chegado às centenas de milhares na década precedente (CASTELLS, 2018, p. 52 – 53).

Retornando a Bueno (2016) o *Brexit* pode ser entendido como a resposta a um momento de discussões fervorosas sobre a identidade nacional e sobre o nacionalismo. O autor defende que a globalização entregou bem menos do que prometeu, representando também a fragmentação em sistema de classes, onde os trabalhadores sentem as disparidades de renda aumentarem por todo o mundo, sobretudo nos países que se dizem os mais desenvolvidos.

Conforme o autor as pessoas que verdadeiramente foram beneficiadas com a intensificação do projeto neoliberal, resultando no *Brexit*, foram poucas. A valoração das conquistas individuais cresce não apenas entre as pessoas, mas também entre os Estados, o que pode explicar por sua vez o crescimento do isolacionismo, do nacionalismo, da intolerância, da xenofobia e do fascismo em boa parte de todo o mundo.

Sendo assim, o *Brexit* também representa o reforço ao tensionamento entre outros países dentro da União Europeia, basta observar a França, Hungria e Polônia que concordam com muitas das críticas pontuadas pelo Reino Unido no que se refere a saída do bloco, sobretudo as críticas



em relação à economia e às migrações. Todavia, a própria geopolítica da complexidade permite um entendimento não sequencial, deste modo, não necessariamente essas tensões serão convertidas em saídas, sobretudo por se tratar de um fenômeno recente que ainda está em processo.

Fernandes e Neves (s/d) alertam para impactos no Reino Unido a partir da saída da União Europeia, em especial em relação a questão econômica que foi sentida com muita preocupação interna dos empresários e produtores ingleses que possuem maior relação de exportação com países membros da União Europeia. Deste modo já há uma pressão interna pela necessidade de acordos econômicos com o bloco.

Outro impacto apontado pelos autores diz respeito aos trabalhadores europeus que moram no Reino Unido e agora não possuem segurança alguma na permanência em seus atuais locais de moradia. Desta forma, há uma urgência para a questão da segurança de tais pessoas que agora não possuem mais livre acesso as fronteiras internas do Reino Unido, diferentemente de quando o mesmo ainda pertencia a União Europeia.

Para os autores o *Brexit* também pode ser lido como um tiro no pé no que diz respeito a movimentos separatistas dentro do próprio Reino Unido. A Escócia é um país que segue por caminhos diferentes daqueles traçados pela Grã Bretanha, a exemplo da Escócia (e da Irlanda do Norte) também ser um dos países do Reino Unido a votar contra o *Brexit*, porém seu voto foi vencido.

Para Racy *et al* (2020) o Reino Unido, em particular pela figura da Inglaterra, sempre se enxergou em um lugar de superioridade, contudo, quando países como Alemanha, Japão, Estados Unidos e China começam a se destacar no cenário internacional um sentimento de impotência cresce, refletindo na forma de concepção e concretização das relações geopolíticas internacionais.

Para os autores, “é possível dizer que a relação entre o Reino Unido e a União Europeia sempre foi conturbada, pois o Reino Unido nunca mostrou claramente intenção de aprofundar sua participação nas políticas da União Europeia” (RACY, et al, 2020, p. 6). Contudo, tal afirmação possui uma clara relação com o contexto geracional, tendo em vista que a votação sobre o *Brexit* revela que o nacionalismo e sectarismo é mais presente nos mais idosos do que nos mais jovens.

Em diálogo com Giraldo, Castro e Andrade (2020) a idade e a formação educacional são apresentadas como fatores importantes no contexto do *Brexit*, especialmente quando se analisa os dados da votação e nota-se que os cidadãos mais jovens e com maior grau de educação votaram para a permanência na União Europeia, enquanto as pessoas de mais idade, (acima de 35 anos) e da classe trabalhadora votaram a favor da saída do bloco. Para os autores, é justamente esse conjunto de pessoas insatisfeitas que saíram massivamente às urnas.

Retornando a influência de Christophe Guilluy (2020), a questão geracional e com caráter localizado em grandes cidades, releva que as pessoas que viviam à margem não têm mais uma origem espacial definida, como na dicotomia urbano e rural. Quando se fala sobre as pessoas a margem em uma situação de globalização, fala-se de operários, de agricultores, do mesmo modo que se fala de agentes imobiliários, econômicos, de trabalhadores de escritórios, burocratas, jovens, aposentados, enfim, fala-se de pessoas em contextos urbanos e rurais (GUILLUY, 2020).

Um ponto também discutido pelos autores e que é passível de conversa com este trabalho refere-se ao sentimento de “eurocentrismo” (GIRALDO; CASTRO; ANDRADE, 2020, p. 26). O eurocentrismo se explicita a partir da década de 1980 e se materializa em posturas contrárias ao processo de integração, a exemplo das propostas de liberdade migratória, integração da moeda etc.

Como já apresentado, na seção anterior, houve uma importante contribuição dos meios de comunicação para um sentimento comum de oposição a ideia de uma Europa integrada. Nem os políticos nem a mídia contribuíram para um sentimento de uma Europa efetivamente integrada (GIRALDO; CASTRO; ANDRADE, 2020), pelo contrário, as atitudes britânicas sempre foram distantes e reservadas das propostas europeias.

Os autores ainda apresentam consequências políticas internas, como o aumento do sentimento separatista em diversos partidos, mas em especial os autores citam a criação do partido United Kingdom Independence Party (UKIP), que pode ser traduzido para o Partido da Independência do Reino Unido, na década de 1990, onde uma das principais bandeiras de criação se deu sobre alcançar a saída do Reino Unido da União Europeia.

Em uma análise complexa do *Brexit* observa-se que um conjunto de ações sociais reforçam o sentimento do eurocentrismo, sendo fortemente atrelados a medos e fobias sociais com tendências ultranacionalistas e xenofóbicas, sobretudo como resultado no que se refere a livre circulação de migrantes e a ideia que os mesmos representariam uma carga a mais para os países do Reino Unido, que novamente, sempre preferiu ficar à margem em uma suposta integração europeia.

De acordo com Giraldo, Castro e Andrade (2020) a imigração era vista para muitos britânicos, sobretudo os mais velhos, como uma ação que afetaria todo o sistema laboral britânico, fazendo com que o Reino Unido perdesse o controle sobre suas fronteiras e sobre sua estrutura no que tange a qualidade de vida dos nativos britânicos, a exemplo da almejada seguridade social dos trabalhadores que viam seus direitos em risco, supostamente.

Novamente a leitura basilar deste trabalho também aponta reflexões sobre as questões fronteiriças como controle sobre os migrantes. Para Castells (2018) a fronteira é a forma material

que possibilita um discurso e um dispositivo de poder sobre o outro (imigrante) que é entendido como o problema, onde:

De modo que o motivo explícito de mobilização a favor do Brexit foi claramente a exigência de controle das fronteiras e a rejeição à imigração. Em 2015, o apoio à saída da União Europeia era 40% mais alto entre os que consideravam haver imigração demais do que entre aqueles que não tinham objeções aos imigrantes. Mas o que se expressou através da oposição à imigração e à União Europeia foi a profunda divisão de classe e de culturas que define a sociedade britânica, assim como as sociedades ocidentais em geral. Se os capitais e as mercadorias podem atravessá-la de todas as formas, pelo menos que não o façam as pessoas e as culturas que elas trazem consigo. Essa divisão social básica fica patente quando se examina quem votou a favor do Brexit (CASTELLS, 2018, p. 53 – 54).

Para Antunes (1999) o processo de neoliberalização, na pior fase do capitalismo, que hoje entende-se como o processo inicial que possibilitou o *Brexit*, pode ser chamado como o “Projeto da Terceira Via” (ANTUNES, 1999, p. 50). Para o autor, foram as consequências do neoliberalismo que deram os argumentos e sentimentos necessários para a saída do Reino Unido da União Europeia.

Com o avanço do neoliberalismo uma crise trabalhista se firma no Reino Unido, trazendo como consequência uma grande mudança na sociedade inglesa, houve uma transformação em seu parque produtivo, com a redução das empresas públicas, a perda do setor industrial, a expansão das empresas privadas, enfim, o reposicionamento da Inglaterra na nova divisão internacional do trabalho. As ideias e os valores da sociedade foram transformados, deixando uma brecha para as justificativas que levaram ao *Brexit*.

É neste momento que o neoliberalismo atua como uma ideologia, desenhando um modelo que alterou tanto as condições econômicas quanto as sociais existentes na Inglaterra, com efeito significativo sobre a estrutura jurídico-institucional, criando por sua vez todo um cenário sólido para desenvolvimento das consequências do neoliberalismo. Seu pano de fundo era fortalecer a ‘liberdade de mercado’, buscando um lugar de destaque para a Inglaterra na nova configuração capitalista.

Conforme Antunes (1999):

Em conformidade no essencial com os valores do capitalismo da “era da globalização”, o abrandamento discursivo e a ambigüidade do ideário da Terceira Via (sempre se definindo entre a social-democracia e o neoliberalismo) são condicionantes que o capitalismo teve que assimilar para continuar mantendo a sua pragmática, dado o esgotamento da sua variante neoliberal clássica. Como disse Tony Blair, “A Terceira Via é a rota para a renovação e o êxito para a moderna social-democracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e da centro-esquerda e aplicá-los

a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las livres de ideologias antiquadas. Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos empresários, como dos sindicatos (ANTUNES, 1999, p. 50).

No subsídio alcançando por Christophe Guilluy (2020) o custo de tantas reformas econômicas (e sociais) não se deu apenas sobre o sacrifício da classe mais pobre, a operária, em sua perda de direitos no *Estado de Bem-Estar Social*, mas sim sobre a própria sociedade como um todo, que perde sua união e caminha para seu fim.

Souza (2020) aponta que ainda que os efeitos do *Brexit* sejam muitos e em diversos lugares, o maior impacto será no Reino Unido, sendo seguido pelo impacto na União Europeia, em particular no que diz respeito ao comércio entre os países. Para o autor, a União Europeia sai perdendo muito em relação a sua política e capacidade de influência, tendo em vista que o *Brexit* trata-se de uma primeira ruptura que pode servir de influência para outras tensões já existentes.

De acordo com o autor três efeitos de curto prazo já podem ser observados, sendo: 1) O Reino Unido se tornar menos aberto ao comércio internacional, 2) a instabilidade dos mercados financeiros, 3) a recessão, 4) aumento do desemprego, quebra do Produto Interno Bruto – PIB, 5) redução real dos salários, 6) aumento nos preços de habitação, e por fim, 7) elevação da dívida pública (SOUZA, 2020).

Na leitura de Hernández e Pérez (2018) ao estudarem os impactos geopolíticos do *Brexit* nas relações do Reino Unido, as consequências são múltiplas, ocasionando crises em muitos campos, sobretudo no que se refere a desigualdade, a exclusão social e a precariedade laboral. Um sentimento de decepção em diversos setores da sociedade britânica é associado a integração, como se os problemas intensificados pelo neoliberalismo fossem resultado das políticas e das decisões da União Europeia.

Retornando a ideia do nacionalismo exacerbado, o que alguns autores chamam de eurocentrismo, se faz necessário entender que este movimento põe a culpa nos outros, e é alimentado por partidos e posições de extrema direita que rechaçam o processo de integração com posicionamentos ao que se compreende como antidemocráticos e com uma clara política de anti-imigração.

Por fim, Cochlar (2019) identifica o fenômeno com “a multipolarização da geopolítica” (p. 30), indicando que há uma forte crise no que se refere à ideia de uma hegemonia de poder na ideologia do neoliberalismo. O individualismo tornou-se tão normal a ponto de passar a existir no imaginário das próprias instituições e de diferentes Estados, na fase mais selvagem do neoliberalismo é uma potência querendo consumir a outra, onde:

Esse déficit de hegemonia é o indicativo do declínio pax americana, fazendo com que diversos novos atores sociais, não só países, mas também organizações internacionais e agentes não estatais, passassem a exercer poder de influência em maior grau (COCHLAR, 2019, p. 31).

Para o autor, este sentimento tem crescido em outros países que fazem parte da União Europeia, a exemplo da Alemanha e da França, o que por sua vez pode representar o aprofundamento futuro de novas rupturas no bloco. Sendo assim, um encadeamento de crises, novamente lembrando que não se trata de algo sequencial, mas de possíveis desdobramentos geopolíticos, tende a aumentar na União Europeia, mas também no projeto global de integração.

Uma das grandes contribuições globais do *Brexit* corresponde à ideia de soberania nacional, que tem sido intensificada na Europa mas também em outros continentes e países, a exemplo do próprio processo antidemocrático que tem ocorrido no Brasil pós eleições para a presidência de outubro de 2022.

Por fim, segundo matéria da BBC News Brasil online, publicada em 2021, muitos dos efeitos pós Brexit começam a ser sentidos agora por parte da população do Reino Unido, algumas pessoas ainda nem começaram a sentir tais efeitos, sobretudo pela própria dinâmica mundial durante a pandemia de Covid-19, onde diversos cidadãos passaram a ficar mais em casa e a evitar viagens internacionais.

Ao buscar entender as implicações do avanço do neoliberalismo na União Europeia, sobretudo a partir do caso da Grã Bretanha e sua relação com o contexto geopolítico atual, compreende-se que os fatos não estão isolados e não são ligados especificamente a uma pessoa, ainda que nomes fortes apareçam em mente, como é o caso de Margaret Thatcher.

O avanço do neoliberalismo no Reino Unido diz respeito a uma geopolítica da complexidade que modifica valores, ideais e crenças, contribuindo, por sua vez, para a aceitação de uma ideologia neoliberal e não apenas de um modelo econômico. Sendo assim, um projeto político é uma das explicações que permitem o contexto de formulação e de aceitação do *Brexit*, sobretudo pelos britânicos.

## **Conclusão**

Ao buscar a análise das implicações do avanço do neoliberalismo na União Europeia, sobretudo a partir do caso da Grã Bretanha e sua relação com o contexto geopolítico atual, entende-se o *Brexit* como um resultado avançado da ideologia neoliberal, e consequentemente do nacionalismo, na Europa e em seu processo de integração regional.

A revisão bibliográfica sobre o assunto leva a crer que a globalização, assim como o capitalismo, é cheia de contradições, o que por sua vez remete a uma interpretação via geopolítica da complexidade para que se possa entender as múltiplas facetas do fenômeno em questão.

Sendo assim, o presente texto dividiu-se em dois momentos, um primeiro para a compreensão dos ruídos de uma integração que nunca se deu por inteira, vide o contexto do descontentamento britânico com o partido trabalhista e em momento mais recente do descontentamento com o processo de integração regional com a União Europeia.

Em um segundo momento reflexões sobre o *Brexit* e suas repercussões no cenário geopolítico global são pontuadas a partir do diálogo da revisão bibliográfica com os dois autores suportes deste trabalho, Castells (2018) e Guilluy (2020). Neste sentido, o *Brexit* passa a ser entendido como o resultado de um processo ideológico capitaneado pelo neoliberalismo e pela extrema direita no Reino Unido.

Os resultados das análises permitem dizer que o avanço de ideologias neoliberais, que pregam a retirada de direitos humanos, crises políticas, sociais e culturais, indicando o estado do bem estar social como uma das grandes problemáticas para o dito desenvolvimento moderno-colonial, são respostas de um planejamento e de uma estratégia de longo prazo.

Neste momento a geopolítica da complexidade contribui com suporte para aprofundamento das análises nas crises humanitárias e fronteiriças da Grã-Bretanha e sua consequente influência na União Europeia e para o mundo como um todo. Além do aspecto alcançado no que se refere a saída do Reino Unido da União Europeia, a maior vitória que o *Brexit* possibilitou ainda deixará consequências futuras, seja em uma escala nacional ou em uma escala internacional.

## Referências

- ALENCAR, T. “Devolver os sindicatos aos seus membros”: Direito, capital e trabalho na Inglaterra de Margaret Thatcher. **Revista direitos, trabalho e política social**, v. 3, n. 4, p. 68 - 89, 2017.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) **Pós neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09 – 23.

- ANDERSON, P. Neoliberalismo: Un balance provisorio. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) **La trama del neoliberalismo: Mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires: Eudeba, 2003, p. 25 – 38.
- ANTUNES, R. A “Terceira Via” de “Tory” Blair: A outra face do neoliberalismo inglês. **Revista Outubro**, n. 03, p. 31 - 52, 1999.
- BARROSO, L. Você não estava aqui: As consequências do esvaziamento dos postos de trabalho formal na Inglaterra. **Revista Cadernos de Clio**, v. 11, n. 2, p. 176 – 185, 2020.
- BAUMAN, Z. **Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BBC NEWS BRASIL. **Brexit: 3 efeitos da saída da União Europeia que os britânicos já sentem**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57057331>. Acesso em 09 de novembro de 2022.
- BUENO, C. Brexit e o novo momento para a Europa. **Revista Ciência e Cultura**, v. 68, n. 4, versão online, 2016.
- CASTELLS, M. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COCHLAR, J. Três perspectivas sobre a reverberação do Brexit no processo de integração regional: Uma análise crítica. **Revista do Programa de Direito da União Europeia**, n 9, p. 27 – 39, 2019.
- COSTA, W. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- CZIZEWSKI, G. V de Vingança e o thatcherismo. IN: Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 2014. UFSC, Florianópolis, **Anais do XV EEH**, p. 1- 15. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/31/1405902110\\_ARQUIVO\\_VdeVingancaeothatcherismo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/31/1405902110_ARQUIVO_VdeVingancaeothatcherismo.pdf). Acesso em: 29 de setembro de 2022.
- FERNANDES, C; NEVES, D. Brexit: A saída do Reino Unido da União Europeia. **Brasil Escola**. s/d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/brexit-ou-saida-inglesa-inglesa-uniao-europeia.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2022.
- FERREIRA, V. Neoliberalismo, precariedade e diversidade: Notas sobre a circulação de pesquisadores indianos na universidade britânica. **Revista Dos Alunos Do Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais Da UNIFESP**, v. 10, n. 1, p. 77 – 101, 2021.
- GIRALDO, M; CASTRO, W; ANDRADE, J.; Implicaciones geopolíticas y económicas del Brexit en la Unión Europea. **Apuntes del CENES**, v. 39, n. 70, p. 17 – 41, 2020.
- GROS, D. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Revista Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, p. 1 – 26, 2008.

- GUEDES, I. A nova ordem mundial e a geopolítica do mundo atual. **Revista Informe Econômico**, v. 11, n. 23, p. 34 – 38, 2010.
- GUILLUY, C. **O fim da classe média**: A fragmentação das elites e o esgotamento de um modelo que já não constrói sociedades. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.
- GUIMARÃES, J; CRUZ, C. Neoliberalismo e Ciência Política: Contribuições teóricas sobre a crise da democracia. **Sociedade e Cultura**, v. 24, p. 1 – 36, 2021.
- GUISSO, F. **La Genesi e l'evoluzione del thatcherismo e la sua influenza sulla politica inglese**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Ciência Política - Libera Università Internazionale degli Studi Sociali (LUISS), 2021.
- HALL, D.; GUNTER, H. A nova gestão pública na Inglaterra: A permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 132 p. 743 – 758, 2015.
- HERNÁNDEZ, L.; PÉREZ, E. El Brexit em las relaciones Reino Unido – Unión Europea: Impactos geopolíticos. **Revista CCCSS – Contribuciones a las Ciencias Sociales**, artigo online, 2018.
- MASCHETTE, L. Thatcherismo e cidadania: Razões para o surgimento do conceito de active citizenship no final dos anos 1980. **Revista de História**, n. 179, p. 1 – 34, 2020.
- MORLEY, D. Classificações Mediadas: Representações de classe e cultura na televisão britânica contemporânea. **Revista Matrizes**, v. 3, n. 2, p. 11 – 34, 2011.
- OLIVEIRA, L. Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia – Uma breve análise sobre a obra “O Neoliberalismo: História e Implicações”, de David Harvey. **Revista Tamoios**, v. 5, n. 2, p. 86 – 90, 2009.
- PEREIRA, A. União Europeia – UE: Formação histórica e institucional, crise atual, dissenso e Brexit. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 40, p. 25 – 51, 2021.
- RACY, J; et al. Brexit: Como a saída do Reino Unido da União Europeia afeta as relações de comércio internacional?. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 32, n. 1, p. 1 – 19, 2020.
- SANTOS, T. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista de Pós-Graduação em Economia da UFF**, v.1, n. 1, p. 119 – 151, 1999.
- SOUSA, A. Dos impactos do Brexit. **Lusíada**, v. 2, n. 28, p. 43 – 59, 2020.
- SOUZA, S; LACORTT, M; LIMA, W. Geopolítica e Relações Internacionais Transfronteiriças. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 1, n. 1, p. 158 - 170, 2021.
- SOUZA, A.; OBREGON, M. Análise da formação da União Europeia e Brexit: As possíveis consequências da saída do Reino Unido do Sistema de Integração Europeu. **Revista derecho y cambio social**, p. 1 – 17, 2017.
- TANAKA, H. A geopolítica no pós-guerra. **Akrópolis**, v. 13, n. 3, p. 157 - 164, 2005.